

**MPEduc**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
2º OFÍCIO ADMINISTRATIVO REGIONAL**

**Procedimento Administrativo nº 1.24.000.000573/2025-11**

**ATA DA SEGUNDA ESCUTA PÚBLICA**

No dia 10 de junho de 2026, ocorreu a segunda escuta pública no município de Cruz do Espírito Santo/PB, no Centro Cultural Rafael Fernandes de Carvalho Júnior, com a finalidade de prestar contas do Projeto MPEduc. Na ocasião, foram compartilhados resultados das providências adotadas para melhoria da educação básica, dentro dos eixos do Mpeduc, oportunizando diálogo com a comunidade local.

Participaram da escuta pública, compondo a mesa principal, os Procuradores da República **Luciano Sampaio Gomes Rolim** e **Douglas Balbi Araújo**, o Secretário de Administração do Município **Jonathan Carlos Pereira** representando a Prefeita Municipal, o Secretário Municipal de Educação **Adjelson Avelino de Almeida**, o vereador **Leonardo Soares**, o Procurador-Geral do Município **Edmer Palitot Rodrigues**, a Presidente do Conselho Municipal de Educação **Genilda de Souza Gabriel**, a Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS Fundeb) **Marquelania Cristina de Oliveira Gomes da Silva** e a Presidente do Conselho de Alimentação Escolar **Joelma Cristina Alves da Fonseca**.

Acompanharam e assessoraram os trabalhos presencialmente os servidores do Ministério Público Federal **Bruna Dias Coimbra** e **Rodrigo Eiras Maggesi**.

Aberta a escuta pública às 9h55min, o **Procurador da República Luciano Rolim** fez uma breve exposição acerca do Projeto MPEduc, sua finalidade e processo de execução, detalhando os resultados e pendências dos seguintes eixos de atuação:

- Fundeb, com destaque para o cumprimento de Recomendação do MPF, que resultou na abertura de conta exclusiva para movimentações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação em nome da Secretaria de Educação, o que permite melhor fiscalização dos recursos destinados à educação;
- Escola em Tempo Integral, com resultado de aprovação da política municipal de Escola em Tempo Integral, e a pendência de alcançar o índice de 25% dos alunos no ensino integral, já que atualmente é de 16,68% para os anos iniciais do 1º ao 5º ano e de 6,38% nos finais, do 6º ao 9º ano.
- Conectividade, com o resultado de acesso à internet em todas as escolas urbanas e rurais do Município para realização de atividades pedagógicas e administrativas;
- Plano de Ações Articuladas: formação de profissionais, gestão escolar, ônibus escolares, com destaque para a realização de concurso para contratação de 148 profissionais da educação, pagamento do piso salarial dos professores; inclusão da formação dos profissionais de educação dentro do PAR, pendente de aprovação do FNDE; pendência de cadastramento das informações de transporte escolar no sistema eletrônico de gestão de transporte escolar (SETE); pendência de manutenções preventiva e corretiva da frota de veículos disponíveis.
- Gestão Educacional: pendência de preenchimento da condicionalidade do FNDE de participação de 80% dos estudantes no exame do SAEB (sistema de avaliação da educação básica) para recebimento da complementação VAAR (valor anual por aluno resultado);
- Outros temas: alimentação escolar e condições de funcionamento dos conselhos, com destaque para disponibilização de local para

realização de reuniões periódicas dos conselhos de alimentação escolar e do Fundeb e apresentação de planos de ação e cronogramas de visitas e de reuniões de ambos os conselhos, com a pendência de comprovação de cumprimento das ações detalhadas.

O **Secretário Municipal de Educação, o Sr. Adjelson**, pontuou que, quanto ao não atendimento da condicionalidade de 80% dos alunos na realização do SAEB para recebimento da complementação VAAR, a questão do aumento da criminalidade foi um fator impeditivo para que os alunos realizassem o exame SAEB e frequentassem melhor as escolas, de um modo geral. Acrescentou que em 2025, fez-se um planejamento interno na secretaria e desenvolveu-se o projeto DECOLA IDEB<sup>1</sup>, para aumentar a frequência e permanência dos alunos na escola, incluindo a participação no SAEB, em articulação com o busca ativa. Relatou que estão aguardando o resultado do INEP que revelará se o município em 2025 conseguiu atingir o percentual, que é medido a cada dois anos (já que o de 2023 não foi suficiente para preenchimento da condicionalidade) mas que, embora ainda esteja aguardando o resultado específico do SAEB, já identificou que o município preencheu o critério da equidade.

A **Presidente CACS/FUNDEB, Marquelânia**,, tratando sobre o Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (SETE) enfatizou que os diretores têm que conhecer esse sistema, que deverá ser preenchido diariamente para cadastrar todos os alunos do município, com as informações de condutor, veículo, qualidade do veículo e durabilidade do veículo, com a participação dos conselheiros. Quanto aos recursos do Fundeb, relatou que o conselho deverá participar do censo escolar.

A **Sra. Antônia, gestora da escola EEEFM CAMPO DE SEMENTES E MUDAS - Escola Estadual** situada no Sítio Jaques da zona rural de Cruz do Espírito Santo, destacou a questão da precariedade do transporte escolar, em nome dos 300 alunos de sua escola, e dos estudantes do Município. Relatou que no mês de maio, cerca de 60 alunos do sítio Jaques ficaram sem aulas por causa do transporte. E que, embora o principal motivo foram as fortes chuvas que impossibilitaram o acesso, isso só justificou os primeiros 20 dias. Acrescentou que nos cinco dias de fevereiro em que estava ensolarado,

---

<sup>1</sup> <https://cruzdoespiritosanto.pb.gov.br/decola-ideb-nossa-educacao-vai-mais-longe/>

mas o ônibus quebrou e não foi buscar, que isso se repetiu em março e abril, em dias também sem chuva, nos quais o ônibus tinha como passar pelo caminho. Relatou que nessa semana realizou-se uma trilha com os alunos da escola no Sítio Jaques, oportunidade em que fez o percurso dentro do ônibus e que as condições do caminho, são horríveis, cheias de ladeiras com ônibus de qualidade precária. Que estava sentada e teve que se mudar de cadeira porque estava caindo, que há cordas para prender as cadeiras nos veículos. Relatou que no dia 9 de junho, no retorno dos estudantes para casa o ônibus quebrou no meio da ladeira. Indagou se, em não havendo a possibilidade de ônibus novo, não seria possível avaliar a utilização de um ônibus em melhor condição. Relatou que três alunos do Sítio Jaques queriam falar, mas, considerando o horário especial do transporte na região tiveram que sair. Pediu um olhar especial para o transporte, inclusive para que os alunos cheguem em segurança e não sejam aliciados dentro do transporte ou por quem conduza.

**A Gestora da EMEIEF FLAVIANO RIBEIRO COUTINHO** relatou que os bancos dos ônibus, muitas vezes são destruídos pelos próprios alunos. Destacou que a gestão bate de frente com os pais, conscientizam, mas que eles rasgam bancos, sobem em cima das cadeiras.

**O Sr. Samuel, Diretor do Transporte Escolar do Município de Cruz do Espírito Santo (Setor Público)**, destacou que os transportes escolares relatados pela gestora Antônia são realizados por uma empresa, não são os amarelinhos. Relatou que há alguns amarelinhos, mas, o transporte que circula na própria escola do campos sementes e mudas, são de uma empresa, transportes privados locados. Indagado pela gestora Antônia sobre quem faz a escolha e paga os transportes, respondeu que todos os anos têm licitações, nas quais são convocadas empresas e a que ganha é a que faz a disponibilidade dos ônibus. Relatou que o Estado envia o recurso pro município que paga a empresa e que a fiscalização é também responsabilidade da própria escola.

**Luciana, Mãe de aluno da EEEFM CAMPO DE SEMENTES E MUDAS**, destacou que não é feito nem o mínimo de limpeza nos ônibus. Relatou que o filho chega com a farda suja da falta de limpeza dos veículos e que vai o percurso todo em pé para não se sujar.

Em resposta, **o Sr. Samuel, Diretor de Transporte do município** retrucou que é demanda das mães, que também têm que fiscalizar. Relatou que quando há uma

licitação no município, a empresa ganha a devida licitação e cabe ao proprietário da empresa e aos donos dos veículos contratados fazer a limpeza. Destacou que convocam motoristas pra diversas reuniões, no dia-a-dia, nas escolas, e que mães, diretores, o funcionários que compõem a comunidade escolar têm a obrigação de fiscalizar o transporte.

**O secretário de Educação, o Sr. Adjelson,** destacou que corrobora com a gestora Antônia, dizendo que passaram em um período de tempo de quatro anos, onde as políticas públicas não eram efetivamente eficientes. Relatou que é obrigação do município colocar no novo PAR o transporte escolar. Destacou que muitas vezes não há agilidade do governo federal, mas isso não retira a responsabilidade da secretaria, mesmo que a EEEFM CAMPO DE SEMENTES E MUDAS seja estadual, pois existe regime de colaboração. Acrescentou que isso não retira do município a responsabilidade de chamar a empresa de transporte pra conversar.

**A presidente do CACS/FUNDEB, a Sra. Marquelânia,** tratando sobre a fiscalização dos ônibus, pontuou que é obrigação dos conselheiros fazer essa fiscalização no final de cada ano. Relatou que isso já havia sido pensado, mas pode-se convocar todos os ônibus, entrar e fazer a vistoria, ver o que é seguro e o que não é. Destacou que há também o fundo de manutenção do PNATE para reparos, que pode ser utilizado, contudo, é preciso fazer uma conscientização dos alunos quanto à conservação. Comprometeu-se, como presidente do Funde À realização da vistoria. Destacou que o transporte escolar, principalmente os amarelinhos, é patrimônio público e que quanto às frotas terceirizadas, também deverão ser fiscalizadas. Pediu ainda, que familiares e gestores fizessem ofícios sobre o tema e colocassem na plataforma FNDE.

**O Procurador da República Douglas Balbi** destacou que embora se estivesse caminhando para o final da escuta, a prestação de contas é um processo que vem sendo empreendido de maneira contínua e permanente pelo MPF, disponibilizando o endereço eletrônico [mpeduc2oficio@mpf.mp.br](mailto:mpeduc2oficio@mpf.mp.br) para o recebimento de denúncias e sugestões sob sigilo, se necessário.

Nada mais havendo a ser registrado, encerrou-se a escuta pública às 11h43min, tendo sido a presente ata digitada por mim, Bruna Dias Coimbra, Servidora do

MPU, Matrícula 33.111 e Rodrigo Eiras Maggesi, Servidor do MPU, para posterior conferência e assinatura dos Membros Oficiantes.

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

LUCIANO SAMPAIO GOMES ROLIM

**Procurador da República**

DOUGLAS BALBI ARAUJO

**Procurador da República**

RODRIGO EIRAS MAGGESSI

**Servidor do MPU**

BRUNA DIAS COIMBRA

**Servidora do MPU**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00228869/2026 ATA**

.....  
Signatário(a): **DOUGLAS BALBI ARAUJO**

Data e Hora: **10/06/2026 17:59:51**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **RODRIGO EIRAS MAGGESSI**

Data e Hora: **10/06/2026 19:36:22**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **LUCIANO SAMPAIO GOMES ROLIM**

Data e Hora: **11/06/2026 12:01:47**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **BRUNA DIAS COIMBRA**

Data e Hora: **11/06/2026 13:55:20**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1e5d559a.a96e82cb.ac979df9.a5c5d39a